

# Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Profissional e Tecnológica



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

**Atena**  
Editora

Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:  
Educação Profissional e Tecnológica

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : educação profissional e tecnológica / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-726-0 DOI 10.22533/at.ed.260191710  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 379.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

O livro “Políticas Públicas na Educação Brasileira, Educação Profissional e Tecnológica” reúne 17 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, da educação profissional e tecnológica, assim como para as políticas públicas em educação.

As pesquisas foram agrupadas em 3 partes. Na primeira parte, relacionamos as pesquisas que discutem as políticas públicas em educação, empreendedorismo e educação tecnológica. Na segunda, trazemos autores que apresentam estudos de casos com a temática gênero e sexualidade e o contexto escolar. Por último, mas não menos importante, reunimos as pesquisas que debatem e apresentam resultados e propostas para educação profissional e tecnológica.

Sejam bem-vindos ao livro “Políticas Públicas na Educação Brasileira, Educação Profissional e Tecnológica”, entregamos, em primeira mão, este conjunto de conhecimentos. Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL : DESCASO, CONVENIÊNCIA, AVANÇO E RETROCESSO	
Fabiana Morais de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.2601917101	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA FRENTE ÀS DESIGUALDADES: A (IN)EFETIVIDADE DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS DE CAMAÇARI	
Francyelle dos Santos Correia	
Jaqueline de Andrade Santos	
Nilson Carvalho Crusoé Júnior	
Rafael Bomfim Souza	
Tamires de Oliveira Ribeiro	
Vitoria Queren Bispo Ventura	
Vivian Pereira Mota Neves	
DOI 10.22533/at.ed.2601917102	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
EDUCAÇÃO FEDERAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE IVAIPORÃ/PR E REGIÃO	
Débora da Costa Pereira	
Fábio André Hahn	
Marcos Clair Bovo	
DOI 10.22533/at.ed.2601917103	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPREENDEDORISMO VOLTADO AO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO COM APOIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.2601917104	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
USO DAS REDES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Raquel Martins Fernandes Mota	
Paulo Alves Oliveira	
Daiara Colpani	
Fernanda Silveira Carvalho de Souza	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2601917105	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>67</b>
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	
Carolina Farias da Costa	
Aniéli Altmeyer Hermann	
Ariane Stahlhofer Schumann	
Branca Luíse Bayer	
Laura Konageski Felden	
Márcio Roberto Boton	
Ana Rita Kraemer da Fontoura	

**CAPÍTULO 7 ..... 72**

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E IMPACTOS NA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

Luiz Henrique Pereira Pavan

Paola Maiara Angst

Taciara Lais Borgartz

Analice Marchezan

DOI 10.22533/at.ed.2601917107

**CAPÍTULO 8 ..... 82**

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DOS ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Micheli dos Santos de Lima

Franciele Rosa da Silva

Milene dos Santos de Lima

Thays Ferreira da Silva

Bruna Letiele Damaceno da Silva

Gessica Zen

Elis da Silva Viana

Maria Carine Nunes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.2601917108

**CAPÍTULO 9 ..... 88**

A ÉTICA NO MARKETING DE DESTINO PARA A TERCEIRA IDADE

Raquel da Silva Brum

Bernarda Rodrigues Lopes

Luciana Maroñas Monks

DOI 10.22533/at.ed.2601917109

**CAPÍTULO 10 ..... 93**

VIAGEM TÉCNICA: UM OLHAR SOBRE A ACESSIBILIDADE NA REGIÃO DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araujo

Leonice Vercelheze Friedrich

Carmen Regina Dorneles Nogueira

Fátima Regina Zan

DOI 10.22533/at.ed.26019171010

**CAPÍTULO 11 ..... 104**

ATUAÇÃO DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE À REALIZAÇÃO DA VISITA DOMICILIAR

Iris Camilla Bezerra de Lima Vasconcelos

Janaina Yara Do Nascimento Prestes

Déborah Franciane de Castro Pessoa

Ketilly Moane Silva

Luiz Felipe da Silva

Suellen Daves Cardona Fernandes Farias

Raiza Raiane Silva Ribeiro

Suellen Alyne Alves dos santos

Sheila Juliana Leite Lima

Ana Paula dos Santos Albuquerque

Andreza Cavalcanti Vasconcelos

Dayanne Caroline de Assis Silva

<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>116</b>
DIÁLOGO SOBRE DISCIPLINA À LUZ DOS PENSAMENTOS DE MICHEL FOUCAULT E ANTONIO GRAMSCI	
Janiara de Lima Medeiros	
Fabio da Silva Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>128</b>
EM DEFESA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIGNIFICATIVO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A DIDÁTICA CONTEXTUALIZADA	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>139</b>
ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM: AS CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS TEMÁTICAS PRA A APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS	
Ariéli Santos de Oliveira	
Cláudia Maria Ferreira Ferst	
Juliana Limana Malavolta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171014</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>146</b>
FRÉDÉRIC CHOPIN E O ENSINO DE PIANO NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – BA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO	
Yago Peixoto Miranda	
Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171015</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>165</b>
INVASORES BIOLÓGICOS DO PAMPA: UMA ABORDAGEM VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Aline Maciel dos Santos	
Fernanda Machado Lourenço	
Rose Cleir da Silva Pereira	
Carine Carloto da Silva	
Tanize Gonçalves da Silva	
Êmila Silveira de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>172</b>
O ESTADO DO CONHECIMENTO, AS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA, MODALIDADE PRESENCIAL	
Sirlei Janner	
Marta Pontin Darsie	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171017</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>185</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>186</b>

## POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPREENDEDORISMO VOLTADO AO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO COM APOIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL

**Roberto Righi**

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade  
de Arquitetura e Urbanismo  
São Paulo – S.P.

**PALAVRAS-CHAVE:** empreendedorismo;  
ensino a distância; educação profissional e  
tecnológica; oportunidades de novos negócios.

### PUBLIC POLICIES AND ENTREPRENEURSHIP RETURNED TO PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION WITH SUPPORT OF DISTANCE EDUCATION (EAD) IN BRAZIL

**RESUMO:** O presente artigo caracteriza a dinâmica das políticas públicas, as oportunidades de empreendedorismo e de novos negócios no novo paradigma de ensino e aprendizagem, representado pelo EAD e suas formas híbridas, para a educação profissional e tecnológica. Como objetivos específicos se têm: em primeiro lugar, compreender as transformações emergentes com a sociedade do conhecimento, as tecnologias de informação e comunicação, as necessidades da produção contemporânea e do mundo do trabalho. Em segundo lugar, a caracterização da demanda e a oferta, com: o perfil, o porte, as características funcionais, o plano estratégico e a infra-estrutura física necessária, requisito básico para as políticas públicas, e mais especificamente os referenciais de qualidade do MEC. Isto tudo constitui ponto de partida para o empreendedorismo e novos negócios no EAD para o ensino privado no Brasil. Os resultados sugerem novas oportunidades de empreendedorismo e novos negócios diante do novo paradigma de ensino e aprendizagem formulado.

**ABSTRACT:** This article characterizes the dynamics of public policies, the opportunities of entrepreneurship and new business in the new paradigm of teaching and learning, represented by EAD and its hybrid forms, for professional and technological education. Specific objectives are: firstly, to understand emerging transformations with the knowledge society, information and communication technologies, the needs of contemporary production and the world of work. Second, the characterization of demand and supply, with: the profile, the size, the functional characteristics, the strategic plan and the necessary physical infrastructure, a basic requirement for public policies, and more specifically the MEC. This is a starting point for entrepreneurship and new business in EAD for private education in Brazil. The results suggest new opportunities for entrepreneurship and new

business in the face of the new paradigm of teaching and learning formulated.

**KEYWORDS:** entrepreneurship; distance learning; professional and technological education; new business opportunities.

## 1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, muitas instituições oferecem educação a distância - EAD, atendendo ao mercado brasileiro crescente. Neste processo não só as universidades empreendem projetos educacionais, mas também as empresas adotam a educação corporativa.

Nos últimos 10 anos houve forte expansão do ensino a distância no Brasil. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2014 (MEC/INEP, 2015), em 2004 havia cerca de 60 mil alunos em cursos a distância ou 1,5% do total dos matriculados, situação que em 2014 passou para cerca de 1 milhão e 342 mil alunos ou 17,1% do total dos matriculados, num crescimento de mais 40% ao ano.

Hoje se vive na era do conhecimento com a afirmação do tele trabalho, a banalização do lugar e a necessidade das relações assíncronas, impossíveis de respondidas pelo ensino unicamente presencial. Estas novas relações trazem novas oportunidades de negócios do EAD.

A finalidade deste artigo é caracterizar a dinâmica e as oportunidades de empreendedorismo e novos negócios no novo paradigma de ensino e aprendizagem, representado pelo EAD e suas formas híbridas no ensino. A ênfase que é dada ao emprego do EAD no ensino profissional e tecnológico, seja na graduação, na pós-graduação ou formação continuada, deve-se a maior adequação desta modalidade técnica para o ensino e aprendizagem de adultos, devido às necessidades de concentração e responsabilidade exigidas, inadequadas para uma criança.

## 2 | DESENVOLVIMENTO RECENTE DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

Nos últimos quarenta anos ocorreu o crescimento do emprego do EAD, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Infelizmente, no Brasil a expansão desta modalidade foi tardia e só ocorreu a partir do decreto 5.622 de 2005 que equiparou o EAD ao ensino presencial, atraindo a iniciativa privada.

O EAD reduz a necessidade do aluno ir à escola física, resumindo isto ao necessário acesso aos polos de apoio descentralizados, requisito básico para os referenciais de qualidade do MEC. A necessidade disto depende das particularidades do curso escolhido. O processo de aprendizagem atual deve ser diferente do tradicional. Hoje o mundo está em construção, o conhecimento é provisório, e a aprendizagem deve ser significativa, com o professor a promovendo, através do desafio contínuo aos alunos. Este processo decorre do incremento da velocidade de transformação das

práticas profissionais e dos conhecimentos teóricos pelo acesso aos diversos recursos da internet.

O desenvolvimento histórico da EAD ocorreu em três períodos de diferentes tecnologias no processo de mediação pedagógica. A primeira fase é a geração textual, do estudo por correspondência, que ocorreu entre 1890 e 1960. A segunda geração analógica surgiu através das Universidades Abertas, entre 1960 e 1980. A terceira geração digital é dos anos 1980, com as tecnologias emergentes de informação e comunicação TIC, em redes de computadores, síncrona ou assíncrona através de: chats, fóruns, listas de discussão e outros. O baixo custo e alta interatividade dos computadores dão dinâmica à educação, com a inovação e a descoberta apoiando a aprendizagem (ROPOLI et al.,2002).

Atualmente, as instituições tendem a oferecer cursos de EAD para atender um mercado crescente. O aumento do número de cursos de EAD nas instituições de ensino superior privado deve-se a: alto custo da educação tradicional e presencial; agilidade e flexibilidade nos ajustes dos cursos EAD; superação das limitações dos horários de trabalho; dinamização da formação continuada; diminuição dos deslocamentos e despesas de manutenção e principalmente a evolução das TIC. As vantagens superam em muito as desvantagens, com espaço para iniciativas empresariais em um campo de grandes oportunidades de crescimento e lucratividade.

Os objetivos dos cursos do ensino superior acadêmico e formal nem sempre atendem as necessidades do mundo do trabalho. Há uma mudança no mercado de trabalho cada vez mais globalizado e diversificado, em que as mudanças econômicas e sociais ocorridas na sociedade contemporânea se refletem em novas demandas e tipologias de ensino. Mesmo assim, a formação em nível superior é cada vez mais exigida pelo mercado de trabalho, assim como a formação continuada para atualização e adequação profissional. O EAD se apresenta como alternativa mais viável, com a aprendizagem livre das limitações de lugar e horário, situação inovadora que gera área empresarial nova, altamente propícia ao empreendedorismo e novos negócios.

### **3 | AS DEFICIÊNCIAS E ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO**

A educação numa interpretação idealizada é segundo Gadotti (1984) um complexo processo, de perfil contínuo e com diversas finalidades, começando pelo indivíduo que adquire capacidade de se transformar a si mesmo, e de forma mais ampla como agente de mudança da natureza e da sociedade.

A globalização e as TIC geram a necessidade da cibercultura, que cria mudanças no trabalho e na vida. O impacto disto na educação envolve a mudança do conhecimento e a obsolescência da formação (LÉVY, 1999). Outro aspecto novo e importante é a fluidez que constitui uma metáfora entre o estado sólido e líquido e os fenômenos urbanos e sociais, gerando mobilidade, efemeridade e flexibilidade,

associados aos complexos conceitos da não corporificação e não territorialização (BAUMAN, 2000). Este novo paradigma cria a ruptura com a escola tradicional, estática e rígida.

Pastore (2014) afirma que com o desenvolvimento das tecnologias são exigidas sempre novas habilidades. Ele diz que dentro de dez anos, a maior parte das pessoas trabalharão com técnicas ainda não inventadas hoje. Como explicação disto Harvey (1989) explica que o capitalismo é tecnologicamente dinâmico, não apenas por causa da capacidade do empreendedor inovador, mas devido às leis da competição econômica e das condições de luta de classe. Havendo flexibilidade, os trabalhadores se ajustam, com novas formas de aprendizagem, como o EAD.

Na sociedade contemporânea a grande velocidade das transformações possibilitadas pelas emergentes tecnologias da informação gera impactos nas profissões, que passam a ser cada vez mais especializadas, podendo ganhar novos rumos e novas perspectivas. Para Peter Drucker, 1994 houve uma profunda mudança de valor do ensino universitário, diminuindo-o.

A tecnologia avança rapidamente e para Moran (2000) o desenvolvimento da educação atual não é uma questão meramente técnica. Ensinar e o aprender devem ser adequados a transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento.

#### **4 | ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

O ensino superior privado ocupa hoje mais de 75% das matrículas no Brasil. Surgiu na Constituição de 1891 e se firmou definitivamente a partir de 1998, quando foi regulamentado com autorização e avaliação do poder público pelo Decreto 2306 de 1997, que define a figura empresarial. A expansão quantitativa do ensino privado iniciou-se na década de 1970, atendendo expectativas do mercado em busca da realização pessoal e de ascensão social. Entre 1960 e 1980 o crescimento do número de matrículas do setor privado foi de mais de 800%, com a criação de instituições isoladas e aumento de cursos e vagas. Na seqüência, a década perdida de 1980 gerou estagnação do setor, com a longa crise financeira e a interferência do Estado (SAMPAIO, 2011).

Na década de 1990 surgiram políticas públicas e ações de empreendedorismo com bons resultados. Houve corrida para a criação de universidades privadas, com a maior autonomia universitária da Constituição de 1988. Como resultado disto, entre 1985 e 1996 o Brasil passou de 20 para 64 universidades, sendo a maioria delas privada. Nesta época também ocorreu uma mudança qualitativa da estrutura universitária privada marcada pela desconcentração regional e interiorização, bem como com a diversificação da oferta de cursos, com a fragmentação de carreiras orientada para ampliar e diversificar a clientela do mercado (SAMPAIO, 2011). Outro elemento de grande impacto na expansão da educação privada foi o decreto 2306 de

19/08/1997, que estabelece novos direitos civis e comerciais.

No final do século XX e no início do século XXI a expansão do setor do ensino superior privado prosseguiu com a estabilidade proporcionada pelo Plano Real, apesar da atuação burocrática do Ministério da Educação, focada no acesso e na qualidade do ensino. Na primeira década do novo século as matrículas do ensino superior dobraram, alcançando mais de 5 milhões, e apresentaram uma crescente participação do setor privado. Apesar disto tudo, o sistema de ensino superior apresentava taxas decrescentes de matrículas e uma relação difícil e ociosa de candidato/vaga da ordem de 0,5 e 0,9, nos setores privado e público, respectivamente. O gargalo provocado pela estagnação do secundário era a causa daquela situação. A resposta do mercado privado foi a atração através de quatro novos artifícios, saídas para superar a crise (SAMPAIO, 2011).

O primeiro artifício foi a regionalização e interiorização da oferta. Assim, as vagas nas regiões mais subdesenvolvidas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste cresceram em detrimento ao Sul e Sudeste que permaneceram estagnadas. O EAD entra nesta estratégia de descentralização, sem novos Campi, substituídos por pólos. Entre 2000 e 2008 só uma universidade privada foi criada no país. O segundo artifício utilizado é a criação de novas carreiras pelo setor privado resultantes de atividades que anteriormente prescindiam da formação superior, tais como: chef de cuisine, designer de móveis (marceneiro), profissionais de moda, beleza e estética e outros. Estes cursos ganharam *glamour* e o pretense mercado de luxo, permitindo contornar um Estado regulador das profissões tradicionais e um mercado fraco. O terceiro artifício é o desenvolvimento de cursos não tradicionais com conteúdos e formas muito diversas, geralmente com ênfase nos cursos de pós-graduação *latu-sensu*, presenciais ou a distância. O quarto artifício baseava-se na oferta de cursos de graduação tradicionais em EAD, tanto pelo setor privado quanto público, com crescimento muito acentuado, possível pela inovação proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação TIC, com redução dos custos e ampliação dos mercados (SAMPAIO, 2011).

Assim, as quatro estratégias utilizadas para superar a falta de candidatos, as altas taxas de evasão e a estagnação demonstram criatividade e a replicação de experiências já realizadas em países mais desenvolvidos, onde esta crise de clientela ocorreu há mais tempo, como nos EUA e Europa. Também, desempenharam destaque a necessidade da educação continuada e da reciclagem profissional, além do aumento da expectativa de vida e da dilatação do período produtivo como estratégias para a criação do novo ciclo do setor privado. Pode-se afirmar que o setor privado do ensino superior brasileiro vive hoje com atraso a incorporação da produção *just in time* e o deslocamento da esfera da produção para o consumo no capitalismo, expresso por Harvey, 1989. Os produtos educacionais são customizados com a finalidade de induzir o consumo, mantendo e fazendo crescer a demanda.

Há no Brasil 2069 instituições privadas de ensino (90% do total), com 40% tendo finalidade lucrativa. Apesar das dificuldades apresentadas, há um segmento

da educação superior que vai muito bem. É formado por instituições privadas que se associam a bancos, que lançam IPO (Initial Public Offering) de ações na Bolsa de Valores ou se integram a redes internacionais de ensino. Esta situação traduz o ápice do amadurecimento do setor ocorrido a partir do Decreto 2306 de 1997, quando as instituições assumiram finalidade lucrativa. Do universo de mais de 2 mil instituições, apenas 36 grupos educacionais possuem ações na Bolsa de Valores, que são as de maior peso no setor, tanto em porte quanto em número de matrículas (SAMPAIO, 2011). As principais empresas deste segmento são: Kroton, Estácio, Ser Educacional e Anima; com porte muito destacado (KOIKE, 2016).

Quanto à localização regional, existem dois processos em curso no setor do ensino superior privados. De um lado, há a concentração de matrículas nos grandes centros urbanos do Sudeste. De outro, comparecem um grande número de instituições de pequeno porte no interior, freqüentemente associadas com grandes grupos educacionais, através de franchising, representação, EAD e outros. Este processo alimenta o ingresso no mercado de uma grande quantidade de alunos da classe média C, do contingente de cerca de 20 milhões de brasileiros deste segmento social. Quanto à dimensão do mercado potencial brasileiro ele é ainda bastante grande, exigindo estratégias comerciais adequadas. Hoje apenas 19% dos jovens entre 18 e 24 anos freqüentam a educação superior (I. P. E. A. PNAD 2009, 2010). Esta proporção é inferior a média de 30% dos países industrializados e dos vizinhos, como Chile e Argentina (SAMPAIO, 2011).

Em síntese, o cenário do setor de ensino superior privado é muito competitivo e a entrada e permanência empresarial exigem atitudes inovadoras e agressivas. Com o aumento do porte, as associações e o EAD torna-se possível a luta pela concorrência através da redução das mensalidades.

## **5 | TRABALHO, PERFIL PROFISSIONAL E ENSINO**

É importante destacar que as mudanças econômicas e sociais ocorridas na sociedade contemporânea se refletem em novas demandas ao ensino, onde a formação em nível superior passa a ser condição cada vez mais requerida para o ingresso no mercado de trabalho. Além disto, a necessidade de formação continuada para atualização e adequação a vida profissional, aponta para os novos caminhos onde o ensino a distância se apresenta como alternativa mais viável, pois permite aprendizagem em qualquer lugar e horário.

Para melhor compreender esta mudança é preciso aprofundar o estudo e dar a ele um tom mais crítico. O trabalho está em transformação, em sincronia com as mudanças do capitalismo. Há um íntima relação entre a reestruturação produtiva, a estrutura de trabalho e as configurações do ensino público e privado, presencial e a distância e outras (GUERRA, 2010).

A hegemonia do capital financeiro, com sua volatilidade, rapidez e operação de curtíssimo prazo de especulação, caracterizam o extrato financeiro superior. Assim, há uma nova dinâmica do capital financeiro com o ciclo encurtado, formando uma burguesia rentista, com ganhos resultantes da transferência do circuito da produção e troca. Para o mundo do trabalho a situação é muito diversa, a mão de obra torna-se de uso flexível e descartável (DRUCK e FILGUERIAS, 2007).

Em síntese, a flexibilização do trabalho impera com a terceirização, precarização, pluri-emprego, rotatividade, instabilidade e o sobre-trabalho. A concorrência pelo trabalho aumenta exigindo cursos e treinamentos voltados à especialização e atualização. O empreendedorismo coloca-se como uma nova alternativa de inserção profissional. Tudo isto gera nova cultura do trabalho, onde o trabalhador se responsabiliza pela própria empregabilidade, com cursos e programas de treinamento, estabelecendo a sua formação continuada. A crise do fordismo dos anos 1970 é sucedida pela reestruturação produtiva, onde o trabalho assume novas formas de dominação (DRUCK, 2002).

O perfil do trabalhador hoje almejado pelo mercado é: não especializado, não regulamentado, polivalente e multifuncional. Ele deve desenvolver competências e habilidades voltadas ao mercado, com certificados que garantam a competitividade e a adaptação. Esta perspectiva atende orientações do Banco Mundial e entidades internacionais e nacionais que prescrevem políticas públicas e privadas (GUERRA, 2010).

Do lado da oferta, recentemente expande-se bastante o setor educacional privado, com a participação nos cursos de graduação e outros de menor duração, atendendo a lógica do mercado e o interesse empresarial. O ensino a distância se coloca nesta estratégia de instrumentalização da educação, representando grande nicho de mercado.

Hoje há três modalidades de ensino: híbrido, semipresencial e a distância. O híbrido (*blended learning*) combina o aprendizado *on-line* e *off-line*, onde o aluno estuda virtualmente onde e quando quiser e também com os colegas e tutor em encontros presenciais. O ensino *on-line* se desenvolve em aprendizagem em plataformas virtuais. Os encontros presenciais limitam-se às avaliações e outros, obedecendo a legislação vigente. O ensino semipresencial aproveita os 20% da carga horária total do curso, permitida pela legislação.

É claro que a evasão dos alunos dos cursos de ensino a distância preocupa os professores, tutores e demais envolvidos. O learning management system - LMS e os ambientes virtuais de aprendizagem - AVA são os principais meios de suporte a educação *on line*. Ambos devem ser integrados. A Web 2.0 opera na integração das ferramentas de comunicação num todo dinâmico e mutável, onde os alunos atuam de forma colaborativa e descentralizada, base da cultura contemporânea.

Porém, é preciso evitar a banalização do ensino, a superficialidade e

precarização da educação superior e do ensino. Um bom exemplo do que deve ser seguido é o da projeto Universidade Aberta do Brasil, maior sistema nacional de educação superior do país com 830 polos; e é voltada a formação de professores de educação básica pública.

## 6 | LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

É fundamental que o empreendedorismo e os novos negócios ocorram em conformidade com a legislação pertinente à questão no país. É essencial que a EAD possua regulamentação. Tanto é importante isto, que só a partir de sua existência que este cresceu e adquiriu maturidade. Quanto aos seus aspectos históricos e o quadro normativo, a educação à distância foi introduzida no sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), nos seus artigos 80 e 87 (BRASIL, 1996). É importante verificar a evolução dos conceitos relativos ao EAD na legislação brasileira. Assim, de acordo com o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, o conceito de Educação a Distância é definido, como uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos (BRASIL, 1998). Com o avanço na disseminação das novas tecnologias da informação e da comunicação, este conceito foi redefinido pelo decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Pelo Decreto 5.622, de 19/12/2005 (BRASIL, 2005), quando este foi equiparado ao ensino presencial da educação básica até o nível superior, passo importantíssimo para a consolidação e crescimento do EAD no país. Neste documento o ensino a distância é a modalidade educacional em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

A infra-estrutura educacional é requisito básico para os Referenciais de qualidade do MEC. As redes institucionais de ensino são formadas por sua sede e os diversos polos de apoio presencial. Isto deve ocorrer em conformidade com a legislação pertinente à questão no país. No credenciamento do Polo de Apoio Presencial há necessidade de um projeto único, que contemple em seus indicadores uma descrição completa quanto implantação, as instalações físicas, a equipe de técnico-administrativo, coordenadores, tutores, recursos tecnológicos, laboratórios de informática e biblioteca.

De forma focada, a Portaria Normativa nº 2 (BRASIL, 2007 b), de 10 de janeiro de 2007, dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. O documento *Referenciais de Qualidade para educação superior a distância* do MEC apresenta orientações que são fundamentais para o alcance da qualidade do ensino e aprendizagem, alvo no planejamento e organização de um curso a distancia.

Trata também o RQEAD a fundamental relação entre o EAD e os encontros

presenciais, voltada à superação do isolamento e a evasão dos alunos, que é cobrada por 12 pontos diferentes e basilares, definido e valorizando principalmente o papel estratégico dos pólos de apoio descentralizados.

## 7 | PROJETOS DOS NOVOS ESPAÇOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O desenvolvimento de novos espaços de aprendizagem pode ser interpretado como uma resposta a mudança no perfil do estudante, nativo digital, pois cresce na era da televisão e da internet, com novas expectativas sociais e culturais (VALENTI, 2015).

Hoje é importante verificar-se a contraste entre os paradigmas do campus universitário tradicional e as tele universidades equipadas com sistemas de aprendizagem interativa e cooperativa acessíveis de qualquer lugar e tempo. As dimensões e características da infraestrutura e os custos de operação são completamente diferentes, com uma redução drástica (LÉVY, 1999). As mudanças na organização dos espaços das escolas é marcada por: novas configurações das salas de aula; otimização da infra-estrutura, com a intensificação do uso dos espaços no tempo; flexibilidade de horário de uso; e horários flexíveis e menor deslocamento.

A onda de mudança teve um importante incremento nos últimos anos, especialmente no EUA. A ênfase tem sido principalmente a transformação das edificações existentes numa atitude de reforma e reciclagem. Os novos recursos tecnológicos e o aprendizado mais centrado no aluno e no trabalho impõem espaços mais flexíveis em tamanho e disposição do mobiliário. O trabalho atual é baseado em atividades em equipe e de natureza colaborativa, frequentemente de forma virtual e remota, exigindo funcionários mais proativos, criativos e integrados. As instituições universitárias norte-americanas buscam acompanhar estas mudanças laborais (RATHS, 2014).

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem é definido como contínuo, visando permanente acompanhamento dos alunos, na dimensão presencial e a distancia. Também é dada forte ênfase na avaliação institucional em seus diversos componentes da organização pedagógica, do corpo docente, de tutores e do técnico-administrativo, bem como das instalações físicas; desembocando numa meta avaliação crítica do sistema.

Na seqüência, há uma preocupação do emprego de equipe multidisciplinar, propícia a enfrentar o desafio do planejamento, implementação e gestão do EAD. A gestão acadêmico administrativa também é destaque, diante da necessidade de integração institucional, fundamental diante da complexidade do EAD.

Finalmente, é destacada a necessidade da sustentabilidade financeira, importante diante do volume de investimentos iniciais exigidos pelo EAD, onde a consonância entre o projeto político-pedagógico, suprimento de insumos, infra-estrutura e a oferta de vagas no tempo é decisivo ao sucesso do empreendimento.

Também, deve agir para a formação continuada de docentes, para garantir que estejam aptos a trabalhar com os diversos recursos. O novo paradigma mostra que ensinar e aprender exige hoje muito mais flexibilidade espacial e temporal, tanto pessoal, como de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação. Assim, não basta a instituição de ensino equipar o seu espaço com os mais modernos recursos tecnológicos se não houver mudança na prática pedagógica.

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EAD constitui uma oportunidade para a democratização do acesso à ensino superior devido ao seu menor custo e a melhor oferta e abrangência espacial e temporal, possível com a evolução das TIC, particularmente apropriado para educação profissional e tecnológica.

A escola como um recinto confinado é incompatível com os meios de comunicação modernos, onde é necessária a troca entre as experiências polivalentes. A velocidade das transformações das práticas profissionais e dos conhecimentos teóricos altera o papel do professor, pois as informações são disseminadas por recursos midiáticos. A própria disposição da sala de aula deverá mudar com a utilização dos recursos eletrônicos, além de propiciar as discussões em grupo e toda a instituição escolar.

A sociedade está mudando como um todo e na sua forma de ensinar e aprender. Em um ambiente de crescente interconectividade, a educação é ainda o caminho mais adequado para transformar a sociedade para um futuro mais livre e edificante. No ambiente virtual de aprendizagem, se realiza a interação e comunicação entre professores e alunos, presentes em locais diversos, pois há muitas ferramentas virtuais, de natureza síncrona e assíncrona. Cada ferramenta virtual possui seus atributos, que levam a vantagens e desvantagens, limitando e delimitando o seu emprego.

A legislação brasileira impõe diretrizes para a oferta do ensino a distância de qualidade, que devem ser incorporadas nas iniciativas para adequação dos espaços de aprendizagem às normas. Apesar da menor utilização destes, se considera como essenciais para o sucesso. As sedes e os pólos de apoio devem trazer inovações e não reproduzir os espaços convencionais e tradicionais, produto de concepções industriais ultrapassadas.

O emprego crescente das TIC gera ferramentas de aprendizagem potentes que devem conter concepções pedagógicas e espaços de aprendizagem inovadores. O uso destas ferramentas nos AVAs revoluciona o ensino e aprendizagem como forma de criação conjunta do conhecimento, atuando na redução da evasão, pela melhor qualidade da comunicação motivadora dos alunos e agentes do EAD.

A incorporação das tecnologias na educação levará a um ensino cada vez mais híbrido, onde coexistirão os momentos de atividades virtuais e presenciais, que

possibilitarão o maior engajamento e o aprendizado efetivo do aluno, sem a distinção entre as metodologias de ensino presencial e a distância. Para os cursos de formação contínua o aluno tende a depender cada vez mais do espaço virtual e cada vez menos do espaço real.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

Brasil. Congresso Nacional. Lei n. 9394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.494 de 10 de Fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências (referente ensino a distância) (revogado pelo Decreto no 5.622). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 fev. 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2005.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho — Introdução. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_; FILGUERIAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.10, n. 1, 2007.

DRUCKER, Peter F.; DRUCKER, Peter Ferdinand. **Post-capitalist society**. Routledge, 1994.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serv. Soc. Soc. São Paulo**, n. 104, p. 715 – 736, out/dez. 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

KOIKE, Beth. Sob gestão nova, Estácio eleva lucro no trimestre. **Valor Econômico**, 11 de novembro de 2016, B7.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINS, Anderson M. M. et ali. Um enfoque empreendedor para a educação a distância. **Produção on line**. Vol. 2/número 1/junho de 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior à distância**. 2007.

Ministério da Educação e Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/Inep). **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília: 2014.

MORAN, José Manuel. Aprendizagens inovadoras com tecnologias. **Informática na Educação**. V(3), n. 1, setembro 2000, p. 141 – 144.

NETO, F. J. S. L. Educação a Distância: regulamentação, condições de êxito e perspectivas. **Retrieved January**, v. 16, p. 2003, 1998.

PASTORE, José. Defasagem entre tecnologias e a educação. **O Estado de São Paulo**. 25 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,defasagem-entre-tecnologias-e-a-educacao,1134297,0.htm>> Acessado em: 27.05.2016

ROPOLI, E. et al. **Orientações para o desenvolvimento de cursos mediados por computador**. Campinas, SP: EAD Unicamp, 2002.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior**, 2011.

SILVA, Luiz F. S. da; REIS, Marcia C. dos; STURION, Leonardo. A importância do empreendedorismo como fator de inovação na educação. *UNOPAR Ciênc. Human. Educ.*, Londrina, V. 13, n.1, p.85 – 90, jun. 2012.

SQUAIELLA, R.B.F.; RIGHI, Roberto. Development Prospects for Distance Higher Education in Brazil – New Technologies for the Construction and Dissemination of Education. **International Journal for Innovation Education and Research**, v. 3, p. 73-83, 2015.

SCHLÜNZEN Jr., Klaus. Educação a distância no Brasil: caminhos, políticas e perspectivas. In: **ETD–Educação Temática Digital** 10 (2009), 2, pp. 16 – 36.

VALENTI, Mark S. Beyond active learning: transformation of the learning space. **Educase Review**. Jul./Ago. 2015. P. 30 – 38.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 97, 104

Atenção básica 104, 105, 106, 107, 108, 113, 114, 115

Avaliação da aprendizagem 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Avanço 1, 2, 17, 43

### C

Campim-annoni 165

Campos Sulinos 165, 171

Comunicação 28, 36, 38, 40, 42, 43, 45, 49, 50, 51, 57, 66, 88, 89, 90, 91, 98, 113, 163

Conservação 56, 57, 148, 165, 170, 171

### D

Desigualdades 6, 2, 3, 4, 10, 11, 13, 17, 21, 68, 71, 82, 83, 85

Didática contextualizada 128, 129, 130, 138

Disciplina 8, 18, 25, 48, 52, 60, 74, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 137, 140, 151, 160, 177, 179, 180, 181, 182

Diversidade 3, 64, 67, 68, 69, 71, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 110, 132

DST's 67, 70, 76

### E

Educação ambiental 48, 52, 54, 165, 169, 170, 171

Educação escolar militar 116

EJA 67, 68, 69, 70, 71

Ensinagem 139

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 78, 86, 93, 94, 97, 104, 108, 109, 116, 124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 168, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Equipamentos turísticos 93, 96, 101, 102

Equipe de saúde 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115

Escola 1, 4, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 37, 39, 45, 51, 67, 68, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 143, 150, 163, 164, 181, 183

Espaço educacional 82, 84

Estágio supervisionado 128, 129, 131, 132, 135, 136, 138

Ética ambiental 48, 52, 55, 57, 59

Evasão 40, 42, 44, 45, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81

## **F**

Formação de professores 43, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 172, 176, 177, 179, 181  
Formação integral 5, 6, 8, 9, 11, 49, 116

## **G**

Gênero 67, 68, 69, 70, 71, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87  
Gravidez 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

## **I**

Idosos 88, 90, 91, 92, 114  
Integrada 1, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 28, 170

## **J**

Javali 165, 167, 168, 169, 170, 171

## **L**

Licenciatura matemática 172, 173, 174, 175, 176, 183

## **M**

Marketing 88, 89, 92

## **N**

Novas tecnologias educacionais 48, 53

## **O**

Oficina temática 139, 140

## **P**

Patrimônio cultural 93, 94, 100, 101  
Política pública 1, 3, 7, 9, 11, 13, 17, 21, 23, 26, 33  
Professor-pesquisador 128, 131, 138  
Projetos pedagógicos de cursos 172, 178  
Público 4, 9, 14, 15, 23, 27, 30, 31, 34, 39, 40, 41, 46, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 97, 98, 99, 101, 102, 111, 127, 141, 149, 150, 162, 172, 173

## **R**

Redes sociais 48, 49, 50, 51, 52, 54, 57, 59, 63, 64, 65, 66  
Respeito 1, 2, 19, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 85, 89, 90, 91, 101, 102, 108, 128, 129, 133, 156, 162, 168

## S

Sexualidade 67, 68, 70, 71, 81, 126

Sociedade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 34, 36, 38, 39, 41, 45, 48, 50, 51, 62, 64, 65, 66, 72, 73, 76, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 92, 97, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 130, 135, 149, 183

## T

Tema gerador 139, 140, 141, 143

Turismo acessível 93

## V

Visita domiciliar 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-726-0



9 788572 477260